

DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO – BANDES

Início da vigência: 03/02/2020

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Estas Disposições têm por finalidade estabelecer as condições gerais e os princípios disciplinadores das Operações do BANDES, aplicando-se a todos os contratos de Colaboração Financeira do BANDES, mediante simples referência genérica, salvo se descouber sua aplicação à matéria por falta de pertinência.

Art. 2º - Aplicam-se igualmente ao Contrato de Colaboração Financeira, integrando-o, as Normas e Instruções de Acompanhamento do BANDES e instituições financiadoras, conforme o caso, vigentes na data da celebração do Contrato, bem como os termos dos convênios, contratos, acordos, regulamentos ou programas de que se origina a Operação, quer o BANDES atue direta ou indiretamente, seja na qualidade de agente financeiro, gestor, operador, comitente, comissário ou mandatário.

Art. 3º - Havendo conflito de disposições, prevalecerão as do Contrato e, a seguir, as constantes dos instrumentos referidos no art. 2º, que prevalecerão sobre as destas Disposições.

DEFINIÇÕES DE TERMOS

Art. 4º - As expressões abaixo relacionadas, utilizadas nestas Disposições, têm a seguinte significação contratual, salvo onde estiver convencionado em contrário ou onde o texto diversamente o determinar:

- I. **BANDES:** Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A;
- II. **Beneficiária:** creditada, financiada, emitente, mutuária, avalizada, afiançada e, de modo geral, pessoa física ou jurídica contratante de Colaboração Financeira do BANDES;
- III. **Colaboração Financeira:** gênero que compreende as operações ativas do BANDES, dentro de suas atividades fins ou substantivas, em quaisquer de suas espécies, como concessão de crédito, prestação de garantia, arrendamento mercantil, participação

societária ou outra modalidade de operação admitida pelas autoridades monetárias do País;

- IV. **Condição de Eficácia:** requisito contratual que subordina a eficácia do Contrato de Colaboração Financeira do BANDES;
- V. **Condição Suspensiva:** requisito contratual imposto à Beneficiária para a utilização do crédito, efetivação da garantia, ou utilização, no todo ou em parte, de recursos provenientes de Colaboração Financeira ou de qualquer outra Operação formalizada com a Beneficiária;
- VI. **Condição de Liberação:** requisito contratual, imposto à Beneficiária da Colaboração Financeira, para a transferência de recursos da Colaboração Financeira ou de outra colaboração;
- VII. **Contrato:** instrumento jurídico que formaliza a operação celebrada com o BANDES, compreendidos, no conceito, os títulos de crédito e os contratos, escritos ou eletrônicos, bem como os termos aditivos ou de re-ratificação a eles pertinentes, aos quais se integram os documentos a ele vinculados e as presentes Disposições;
- VIII. **Cronograma de Aplicação/Quadro de Usos e Fontes:** plano de execução físico-financeira do projeto amparado pelo BANDES e integrante do contrato como obrigação da Beneficiária, definido no cronograma de Usos e Fontes;
- IX. **Disponibilidade:** faculdade de utilizar o crédito segundo a forma estabelecida no Contrato;
- X. **Disposições:** as presentes “Disposições Aplicáveis aos Contratos do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES”;
- XI. **Grupo Econômico:** grupo de empresas controladas direta ou indiretamente, através do exercício do direito de voto, inclusive na condição de cotista, por pessoa ou grupo de pessoas com estreitas ligações entre si, que resultem em interdependência econômica, financeira ou patrimonial entre elas.
- XII. **Inadimplemento financeiro:** não pagamento no prazo ajustado no contrato ou em decorrência de notificação, de qualquer obrigação financeira prevista no contrato;
- XIII. **Inadimplemento não-financeiro:** a não aplicação, no prazo previsto, ou a aplicação em finalidade diversa, de recursos próprios ou do financiamento, previstos para realização do projeto que deu origem ao financiamento;

- XIV. **Interveniente:** pessoa física ou jurídica, distinta da Beneficiária e que, a qualquer título, participe da Operação;
- XV. **Liberação:** transferência de recursos da Colaboração Financeira para a Beneficiária;
- XVI. **Órgão Financiador:** instituição federal ou estadual, nacional ou estrangeira, pública ou privada, supridora dos recursos objeto da Colaboração Financeira do BANDES;
- XVII. **Operação:** A Colaboração Financeira concedida pelo BANDES, sob qualquer de suas modalidades;
- XVIII. **Prazo de Carência:** período que precede o início do prazo de amortização do principal, começando com a eficácia do negócio jurídico;
- XIX. **Prazo de Execução:** período no qual a Beneficiária deve executar e concluir o Projeto objeto da Colaboração Financeira;
- XX. **Projeto:** finalidade da Colaboração Financeira estabelecida no Contrato;
- XXI. **Saldo Devedor:** compreende principal, juros compensatórios e moratórios, despesas, comissões e demais encargos pactuados.

DAS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS EM GERAL

Capítulo I - DAS CONDIÇÕES DE LIBERAÇÃO DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA OU EFETIVAÇÃO DA GARANTIA

Art. 5º - Constituem Condições de Liberação da primeira parcela da Colaboração Financeira ou da primeira efetivação parcial da Garantia, se for o caso, sem prejuízo de outras contratualmente estabelecidas ou decorrentes de disposição legal, a comprovação de:

- I. terem sido efetuados os registros ou arquivamentos do Contrato e/ou da garantia adjeta, bem como de qualquer outro ato necessário à validade e plena eficácia do negócio ou ato jurídico;
- II. ter o projeto, quando cabível, recebido aprovação dos órgãos competentes, supridores das fontes de recursos nele previstas;
- III. apresentação de comprovação financeira da utilização do recurso, através de documentos hábeis;
- IV. obtenção das guias de importação referentes às máquinas e equipamentos a serem adquiridas no exterior com recursos da Colaboração Financeira a ser liberada pelo BANDES;

- V. comprovação dos registros cabíveis, relativos às emissões dos títulos de crédito ou societários, quando a Operação contratada junto ao BANDES realizar-se mediante subscrição desses títulos e/ou participação societária;
- VI. ter sido contratado e encontrar-se vigente o seguro dos bens dados em garantia, quando for o caso;
- VII. terem sido cumpridas as Condições de Liberação ou de Efetivação de Garantia constantes de convênio, acordo, contrato, regulamento ou programa de que se originou a operação;
- VIII. estarem a Beneficiária e os demais integrantes do Grupo Econômico em dia com as obrigações financeiras perante o BANDES, bem como não estarem submetidos às restrições decorrentes de inadimplemento de obrigações contratuais de qualquer natureza.

Art. 6º - Constituem condições de liberação de cada parcela da Colaboração Financeira, inclusive efetivação parcial da garantia, se for o caso, sem prejuízo de outras contratualmente estabelecidas ou decorrentes de disposição legal:

- I. ter sido aplicada no projeto a parcela do crédito anteriormente liberada e de recursos próprios, quando previsto;
- II. terem sido realizados os investimentos programados no prazo previsto no projeto;
- III. ficar constatada pelo BANDES a realização física dos investimentos programados, nas condições previstas no Projeto aprovado;
- IV. permanecerem regularmente constituídas as garantias e serem consideradas suficientes, a critério do BANDES;
- V. ser apresentada pela Beneficiária a proposta de seguro dos bens constantes da garantia, com a respectiva comprovação do pagamento do prêmio, ou, se o pagamento for parcelado, da parcela, se vencida até 5 (cinco) dias antes da liberação da parcela do financiamento, se cabível.

Parágrafo Único - A comprovação da aplicação dos recursos de que trata o inciso I deste artigo poderá ser feita pela verificação, entre outros documentos, de notas fiscais, faturas, folhas de pagamento, contratos, os quais deverão ser arquivados e mantidos pela Beneficiária até o fim do prazo de vigência do Contrato e apresentados ao BANDES sempre que solicitados.

Capítulo II - DA LIBERAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 7º - A liberação do crédito para a Beneficiária poderá ser efetivada mediante qualquer das formas seguintes, a critério do BANDES, observada a legislação vigente à época da liberação do crédito:

- I. por depósito em conta especial aberta pela Beneficiária no Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES;
- II. mediante pagamento direto efetuado pelo BANDES ao fornecedor dos bens ou serviços financiados;
- III. mediante crédito em conta vinculada da Beneficiária;
- IV. outra forma que o BANDES venha a adotar.

Art. 8º - Sendo os recursos utilizados na concessão da Colaboração Financeira oriundos de Órgão Financiador, em quaisquer das hipóteses previstas na parte final do art. 2º destas Disposições, a utilização do crédito ficará condicionada à prévia liberação dos recursos correspondentes pelo Órgão Financiador.

Art. 9º - A Liberação da Colaboração Financeira poderá ser suspensa pelo BANDES se ocorrer inadimplemento de qualquer natureza por parte da Beneficiária ou de integrante de seu Grupo Econômico.

Capítulo III - DA REALIZAÇÃO DO PROJETO

Art. 10 - A Colaboração Financeira concedida pelo BANDES deve ser utilizada exclusivamente para os fins determinados no Contrato.

Parágrafo Primeiro - A liquidação das obrigações financeiras não extingue a obrigação de realizar o Projeto, nos termos previstos no Contrato.

Parágrafo Segundo - O Projeto não pode ser alterado sem prévia e expressa autorização do BANDES.

Capítulo IV - DA SUSPENSÃO DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

Art. 11 - O BANDES poderá recusar-se a liberar recursos ou mesmo, sem qualquer prévio aviso expresse, suspender a Colaboração Financeira, se:

- I. a Beneficiária ou os Intervenientes deixarem de cumprir qualquer das obrigações previstas nestas Disposições ou no Contrato;

- II. alguma importância repassada pelo BANDES for irregular, inadequada ou indevidamente aplicada pela Beneficiária;
- III. as obras, serviços, materiais ou equipamentos forem realizados ou adquiridos em desacordo com o projeto ou tenham sua documentação irregular ou inadequada aos fins fiscais de comprovação de compra ou de execução de serviços;
- IV. ocorrer atraso material ou financeiro relativamente ao cronograma do Projeto aprovado pelo BANDES;
- V. o Órgão Financiador, por qualquer motivo, vier a suspender seus desembolsos, temporária ou definitivamente, para o BANDES;
- VI. houver pedido, nesse sentido, da Beneficiária;
- VII. houver a superveniência de fato que comprometa a viabilidade do projeto ou modifique o conceito cadastral da Beneficiária; dos Intervenientes; dos garantidores; dos coobrigados pela dívida ou dos acionistas controladores;
- VIII. ocorrer qualquer situação tendente a modificar o Projeto aprovado pelo BANDES, objeto da Colaboração Financeira;
- IX. ocorrer situação que tenha reflexo negativo na preservação do meio ambiente ou do patrimônio histórico, especialmente se provocar degradação de matas, sítios ou de áreas protegidas ou poluição de águas, terra ou ar, ou, ainda, se verifiquem condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, conforme definição legal, mesmo dispondo a Beneficiária do correspondente licenciamento ambiental;
- X. ocorrência de qualquer medida, judicial ou administrativa, que determine o bloqueio de bens da Beneficiária, ou retire desta, no todo ou em parte, a livre administração ou disposição dos mesmos.
- XI. houver a instauração, contra a Beneficiária ou empresas do grupo econômico, de processo administrativo movido por qualquer ente governamental em razão da apuração de prática de irregularidade sancionável, especialmente processos provenientes do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, bem como por quaisquer outros que exercem poderes regulatórios e fiscalizatórios sobre as atividades do objeto social da Beneficiária.
- XII. for apurada a falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmada, prestada ou entregue pela Beneficiária ou por qualquer Interveniente, ao BANDES ou a terceiros.

- XIII. a Beneficiária tiver sua inscrição no cadastro de contribuintes da Receita Federal enquadrada na situação de suspensão ou inapta, bem assim se for determinado o arrolamento fiscal de seus bens, ou, ainda, se for requerida sua falência ou for por ela requerida a recuperação extrajudicial ou judicial, ou seja determinada a sua intervenção ou liquidação extrajudicial ou mesmo a interdição do seu estabelecimento.
- XIV. sem a prévia e expressa anuência do BANDES, ocorra a mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário da Beneficiária, bem como nas hipóteses de fusão, incorporação, cisão, ou, ainda, na ocorrência de qualquer outro fato ou evento societário que, a exclusivo critério do BANDES, importe redução ou alteração da capacidade da Beneficiária para o cumprimento das obrigações assumidas no Contrato ou na Operação.
- XV. a Beneficiária, ou administradores, ou pessoas físicas que exercem controle, inclusive administrativo ou político, sobre a mesma, venham a ser indiciados por crimes contra o sistema financeiro nacional; contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo; de natureza cambial ou transfronteiriço, ou crimes previstos na Lei nº. 9.613, de 03/03/1998.

Capítulo V - DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Seção I - Da Dívida

Art. 12 - A dívida decorrente da Colaboração Financeira do BANDES compreende os seguintes valores, representativos do Saldo Devedor:

- I. recursos liberados à Beneficiária;
- II. valores desembolsados pelo BANDES por conta de garantia honrada;
- III. juros compensatórios e moratórios, inclusive quando capitalizados;
- IV. despesas pactuadas, comissões e demais encargos incidentes, disponíveis para consulta no Portal do BANDES na Internet (www.bandes.com.br)
- V. multas impostas.

Art. 13 - Sobre a dívida incidirão encargos à taxa pactuada e atualização segundo o índice previsto no Contrato.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de extinção da taxa ou do índice, sem a indicação de sucedâneo, ele(a) será substituído(a) por taxa ou índice equivalente ou similar, indicado pelo BANDES, que preserve o valor real da moeda.

Parágrafo Segundo - Outros débitos oriundos da relação jurídica entre o BANDES e a Beneficiária, para os quais não tenha sido expressamente prevista no Contrato a forma de atualização, conforme o caso, serão atualizados pela Taxa SELIC, apurada desde a data da exigibilidade do débito até o seu efetivo pagamento.

SEÇÃO II - Do Local e Forma de Pagamento

Art. 14 - Todos os pagamentos ao BANDES devem ser efetuados em moeda nacional, na rede bancária, por meio de documentos de cobrança de sua emissão.

Parágrafo Primeiro - Quando autorizado pela Beneficiária, os valores das obrigações assumidas poderão ser debitadas em conta corrente específica.

Parágrafo Segundo - O pagamento de valor insuficiente para liquidação da prestação ou do débito vencido dependerá da concordância do BANDES.

Art. 15 - Salvo exceções legais de recebimento obrigatório, o BANDES se reserva o direito de recusar pagamentos em antecipação da dívida.

Parágrafo Primeiro - Se o BANDES aceitar o pagamento parcial antecipado, este será imputado proporcionalmente ao saldo devedor, mantidas as respectivas datas de vencimento das parcelas.

Parágrafo Segundo - Na hipótese do parágrafo anterior, a tolerância do BANDES em admitir o pagamento parcial não importará novação da dívida, renúncia ou alteração do pactuado, nem interromperá ou elidirá a mora ou a exigibilidade imediata da obrigação na sua forma originária.

Parágrafo Terceiro - Quando o valor oferecido em pagamento for insuficiente para liquidação de, no mínimo, uma prestação da dívida, será aberta em nome da Beneficiária, conta especial vinculada, na qual serão lançados os depósitos necessários à satisfação da obrigação.

Parágrafo Quarto - Essa conta especial não renderá juros nem estará sujeita a atualização monetária, nem obrigará o BANDES a imputar o valor depositado no pagamento parcial da dívida vencida da Beneficiária.

Parágrafo Quinto - No caso de liquidação antecipada da dívida, serão mantidas, até a data final do prazo contratado para a execução do Projeto, as obrigações assumidas pela Beneficiária e pelos Intervenientes de realizar o Projeto e de facultar ao BANDES a fiscalização da execução do Projeto.

Capítulo VI - DAS GARANTIAS DA COLABORAÇÃO FINANCEIRA

Seção I - Disposições Gerais

Art. 16 - Toda garantia prestada à Colaboração Financeira, inclusive por Intervenientes, é entendida da seguinte forma:

- I. Pessoal: aval e fiança, devendo esta ser prestada por terceiro na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes do Contrato, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios dos arts. 366, 827 e 838 do Código Civil.
- II. Real: fundada em direito desta natureza, autoriza a execução da garantia, extrajudicial ou judicialmente, pelo BANDES, do bem ou direito hipotecado, alienado fiduciariamente ou empenhado.

Art. 17 - O limite mínimo de garantia ajustado à época da aprovação da operação deverá ser mantido durante todo o período de sua vigência.

Parágrafo Único: Na hipótese de substituição de garantia/liberação parcial em contratos que já estejam em fase de amortização, havendo melhora na classificação de risco do cliente, aplicar-se-á a margem mínima correspondente a esta nova classificação de risco.

Art. 18 - Tratando-se de bens móveis adquiridos com recursos do financiamento que integrem a garantia, a Beneficiária se obriga a fornecer cópia dos respectivos documentos de aquisição, bem como a assinar, juntamente com eventual Interveniente, Termo Aditivo para a correta descrição destes bens, com todas suas características, para efeito de registro ou averbação.

Art. 19 - O registro das garantias, nos cartórios competentes, deve ser providenciado pela Beneficiária.

Parágrafo Primeiro - O registro da garantia deve ser comprovado dentro de 30 (trinta) dias da celebração do contrato de colaboração financeira.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das cominações cabíveis, excepcionalmente, na omissão da Beneficiária, o BANDES poderá promover, a seu critério, diretamente quaisquer registros que a ela sejam imputados como devidos, levando a respectiva despesa a débito da Beneficiária.

Art. 20 - As acessões, benfeitorias, construções e instalações de máquinas e equipamentos, feitas no imóvel hipotecado ao BANDES, devem ser averbadas pela Beneficiária no Registro Imobiliário competente, dentro de 60 (sessenta) dias, contados do término da respectiva realização ou instalação no imóvel gravado, salvo os bens objeto de alienação fiduciária em garantia.

Art. 21 - Os registros, averbações e arquivamentos relacionados com a garantia da Colaboração Financeira podem ser promovidos pelo BANDES, que debitará à Beneficiária as respectivas despesas.

Art. 22 - A garantia hipotecária faculta ao BANDES emitir cédulas hipotecárias, subscrever os respectivos instrumentos, designar agentes fiduciários para efetuar a venda particular do bem e fixar a correspondente comissão.

Art. 23 - A garantia pignoratícia, além da execução extrajudicial, obedecerá às seguintes regras, com que concordam a Beneficiária e o terceiro prestante da garantia:

- I. os certificados ou cautelas dos títulos objeto de penhor devem ser guardados no BANDES ou confiados à guarda de instituição financeira por ele indicada, em nome do seu proprietário e à ordem do BANDES, já constando o endosso pignoratício, correndo as despesas da custódia por conta da Beneficiária;
- II. o vínculo pignoratício abrange os frutos e acessões do bem empenhado, inclusive, na hipótese de penhor de ações, as que venham a ser distribuídas como bonificação;
- III. o BANDES poderá vender, ceder ou transferir, extrajudicialmente, os bens ou direitos, na hipótese de inadimplemento, pagando-se com o produto da alienação, ficando a ele outorgados poderes irrevogáveis e irretiráveis para, em nome do prestante da garantia, praticar todos os atos necessários a esse fim.

Art. 24 - Os bens e os direitos constitutivos da garantia não podem ser alienados, onerados, arrendados, cedidos, removidos nem ser objeto de qualquer outro ato em que ocorra a transferência da posse, sem prévio consentimento, por escrito, do BANDES, e devem ser mantidos em perfeito estado de conservação, quites de tributos e demais encargos fiscais.

Parágrafo Primeiro - Deverão ser cumpridas as exigências do BANDES e de autoridades federais, estaduais e municipais, relativas à preservação do meio ambiente, no que concerne aos bens constitutivos da garantia.

Parágrafo Segundo - A Beneficiária e, se for o caso, o terceiro prestante de garantia real devem comunicar imediatamente ao BANDES qualquer ocorrência que determine a diminuição ou depreciação da garantia.

Parágrafo Terceiro - Na hipótese prevista no Parágrafo Segundo, a Beneficiária deve providenciar o respectivo reforço ou substituição da garantia, dentro de 30 (trinta) dias da solicitação, por escrito, pelo BANDES.

Parágrafo Quarto - Para determinação do valor das garantias reais, o BANDES avaliará os bens dados em garantia de acordo com seus critérios, podendo efetuar reavaliações sempre que julgar necessário.

Seção II - DO SEGURO DOS BENS

Art. 25 - A Beneficiária, quando exigido pelo BANDES, deve contratar e manter seguro para os bens constitutivos da garantia, até a final liquidação das suas obrigações.

Parágrafo Primeiro - Observada a legislação pertinente, o seguro deve ser contratado para dar cobertura aos riscos a que o bem estiver comumente sujeito, obrigando-se a Beneficiária a proceder, mediante endosso, à alteração ou complementação de cobertura que for julgada insuficiente pelo BANDES.

Parágrafo Segundo - O valor do seguro deve corresponder, no que se refere ao valor em risco, ao montante suficiente para a reposição ou reconstrução do bem, levando-se em consideração a avaliação do bem efetuada ou aceita pelo BANDES e, no que se refere ao limite máximo de indenização, ao valor que corresponder ao dano máximo provável em caso de sinistro.

Parágrafo Terceiro - A contratação e renovação do seguro devem ser comprovadas, pela Beneficiária, mediante a apresentação de cópia da apólice em vigor, de quaisquer endossos que alterem seu conteúdo e dos comprovantes de pagamento de prêmio.

Parágrafo Quarto - A comprovação da contratação e renovação do seguro também pode se dar por meio de declaração ou certificado expedido pela seguradora, contendo todas as informações necessárias para caracterizar corretamente a aceitação do seguro, cobertura, local ou bem segurado, valores do seguro, pagamento do prêmio e inclusão de cláusula de beneficiário em favor do BANDES.

Parágrafo Quinto - A renovação do seguro, que deve ser efetuada até a data de vencimento da apólice, deve ser comprovada pela Beneficiária, quando solicitado pelo BANDES.

Parágrafo Sexto - O BANDES poderá, a seu critério, firmar parcerias com o objetivo de disponibilizar para seus clientes produtos de seguro, inclusive para os bens constitutivos da garantia, bem como viabilizar a renovação de seguro das garantias das operações, quando exigível.

Art. 26 - Quando exigido o seguro das garantias, devem ser obrigatoriamente incluídas na apólice cláusulas que:

- I. estabeleçam o pagamento da indenização ao BANDES;
- II. determinem que o BANDES seja imediatamente notificado em caso de cancelamento da apólice ou negativa de cobertura, ainda que por ato unilateral da Seguradora.

Parágrafo Único - A Beneficiária obriga-se a incluir, na apólice referida no caput deste artigo, outras cláusulas que, a juízo do BANDES, sejam necessárias para preservar o equilíbrio da relação contratual, adequadas ao valor e as demais condições de cobertura.

Art. 27 - O BANDES poderá estipular e contratar a apólice e/ou pagar o prêmio do seguro dos bens constitutivos da garantia, inclusive em caso de renovação, debitando à conta da Beneficiária os desembolsos correspondentes, na hipótese de os referidos bens não serem segurados ou de o prêmio do seguro contratado pela Beneficiária não ser pago na data prevista.

Parágrafo Primeiro - Obriga-se a Beneficiária a reembolsar ao BANDES o valor correspondente aos desembolsos mencionados no caput, a ser cobrado no respectivo boleto de pagamento da parcela subsequente do financiamento, juntamente com o valor devido, ou mediante notificação específica de cobrança, a critério do BANDES.

Parágrafo Segundo - Considera-se inadimplemento financeiro o descumprimento da obrigação prevista no Parágrafo Primeiro.

Art. 28 - Ocorrendo o sinistro, o BANDES poderá aplicar a indenização recebida para liquidar parcial ou integralmente a dívida garantida pelo bem sinistrado e quaisquer outros débitos vencidos da Beneficiária, ou autorizar o seu emprego na reparação, reconstrução ou reposição do referido bem.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista na parte final do caput deste artigo, a Beneficiária obriga-se a comprovar o emprego da indenização no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento ou em prazo superior, se concedido pelo BANDES.

Seção III - DO SEGURO-GARANTIA

Art. 29 - O BANDES poderá exigir, a critério da Diretoria, a contratação de Seguro-Garantia, quando a colaboração financeira se destinar, entre outros, a projetos de infraestrutura, implantação, ampliação de projetos industriais, bem como construção e/ou expansão de centros comerciais.

Parágrafo Primeiro - As apólices deverão consignar cláusula especial em favor do BANDES, nos seguintes termos: “Fica entendido e concordado que a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, inclusive no tocante a presente cláusula de Beneficiário, sem prévia e expressa anuência do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A - BANDES, na qualidade de credor, ao qual será paga indenização devida pelo presente contrato de seguro.”

Parágrafo Segundo - Os contratos de colaboração financeira a que alude o caput deste artigo, se houver Seguro-Garantia, deverão conter cláusula em que a Beneficiária, na qualidade de Segurado-Contratante, outorgue poderes ao BANDES, em caráter irretratável e irrevogável, até a final conclusão do projeto, decorrente dos contratos acima citados, para acionar a Seguradora a fim de resguardar os direitos estabelecidos na apólice.

Parágrafo Terceiro - Deverá, igualmente, a Beneficiária comprovar a renovação do seguro, de acordo com a respectiva periodicidade, reservando-se o BANDES o direito de exigir, a qualquer tempo, a apresentação de todo e qualquer comprovante do cumprimento das obrigações contratuais relativas a seguros.

Capítulo VII - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA BENEFICIÁRIA

Art. 30 - A Beneficiária da Colaboração Financeira obriga-se a:

- I. cumprir e fazer com que seus administradores e funcionários cumpram a LEGISLAÇÃO ANTICORRUPÇÃO (qualquer lei, regulamento ou norma, nacional ou estrangeira, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.846/13 e suas alterações posteriores) e a não utilizar qualquer vantagem obtida com o financiamento em atividade que contribua, ainda que indiretamente, para a prática de qualquer infração, inclusive de natureza penal, prevista na legislação brasileira, incluindo, mas não se limitando às atividades previstas

na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13), na Lei de Combate à Lavagem e Ocultação de Bens e Valores (Lei nº. 9.613/98) e na Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais (Lei nº. 6.938/81);

- II. suprir, mediante aumentos de capital em dinheiro, as insuficiências que ocorrerem na realização de recursos necessários à execução do projeto;
- III. sempre que solicitado, remeter ao BANDES, no prazo fixado ou em até 15 (quinze) dias a partir da data de solicitação:
 - a) as alterações de seu contrato ou estatuto social;
 - b) as atas de suas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e das reuniões do Conselho de Administração;
 - c) a relação dos acionistas presentes às assembleias e o número de ações com que cada qual compareceu;
 - d) a lista de subscritores com o respectivo número de ações subscritas na hipótese de aumento de capital por subscrição;
 - e) relatórios, informações e demonstrativos sobre sua situação técnica, econômica, financeira e jurídica, do Projeto e do cumprimento do Contrato.
- IV. contabilizar a aplicação da Colaboração Financeira e, quando solicitado, distribuí-la em rubricas, contas ou subcontas correspondentes aos itens do projeto, obedecendo à discriminação estabelecida pelo BANDES;
- V. facultar ampla fiscalização da aplicação dos recursos previstos para a execução do projeto, franqueando ao BANDES por seus representantes ou prepostos:
 - a) a sua contabilidade, com todos os documentos e registros;
 - b) todas as dependências de seus estabelecimentos;
 - c) o acesso ao seu corpo de pesquisadores, para responder a consultas sobre o programa e projetos, sem que essa assistência técnica resulte em ônus para o BANDES;
- VI. manter o BANDES informado sobre a ocorrência de qualquer fato que possa alterar substancialmente a sua situação econômico-financeira ou que possa comprometer a execução do projeto ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos aprovados pelo BANDES;

- VII. contratar, quando o BANDES assim determinar, submetendo a este, previamente, o nome da empresa ou técnico escolhido:
- a) serviços de auditoria externa, compreendendo basicamente:
 - 1. emissão de parecer sobre os sistemas de informações, de controle interno e de operações, destacando o desempenho operacional da Beneficiária em relação às previsões do projeto, justificando os desvios superiores a 10% (dez por cento) e apresentando reajustes das previsões feitas;
 - 2. fornecimento de certificado sobre todas as demonstrações financeiras da Beneficiária;
 - 3. remessa, ao BANDES, de cópia de relatórios e pareceres concernentes ao desempenho da empresa e respectivo projeto;
 - b) serviços de assessoria técnica para a execução do empreendimento objeto da Colaboração Financeira;
 - c) serviços de consultoria técnica para aperfeiçoamento administrativo organizacional.
- VIII. mencionar, sempre com destaque, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades relacionadas com o projeto ou sobre o bem financiado, a colaboração do BANDES;
- IX. apresentar, se assim exigida, no prazo fixado ou em até 15 (quinze) dias a partir da data da solicitação, prova idônea do cumprimento de obrigação a que esteja submetida por força de disposição legal ou regulamentar;
- X. reembolsar ao BANDES as despesas efetuadas na fiscalização, regularização, segurança, conservação ou realização de seus direitos creditórios ou no cumprimento de suas obrigações de garantidor, inclusive as relacionadas aos respectivos instrumentos e o reembolso de prêmios de seguros.

Parágrafo Primeiro - O BANDES pode contratar diretamente os serviços referidos no inciso VI, ficando autorizado a fazê-lo em nome e por conta da Beneficiária, debitando a esta as despesas correspondentes.

Parágrafo Segundo - Na hipótese do inciso VII, independentemente de qualquer publicidade adicional, obriga-se a Beneficiária a inserir banner virtual do BANDES na sua página de Internet, se houver, e a fixar em lugar visível do local de realização do projeto e nos bens

financiados, sinalização de acordo com modelo, dimensões e inscrições indicados no Portal do BANDES na Internet (www.bandes.com.br).

Capítulo VIII - DAS OBRIGAÇÕES DOS INTERVENIENTES

Art. 31 - Além das obrigações previstas no Capítulo VI destas Disposições, os terceiros prestantes de garantia real obrigam-se, para fins de preservação da garantia prestada, a reembolsar ao BANDES as despesas efetuadas na fiscalização, regularização, segurança, conservação ou realização de seus direitos creditórios.

Capítulo IX - DO INADIMPLEMENTO E DAS PENALIDADES

Seção I - Normas Gerais

Art. 32 - Além das hipóteses de vencimento legal, o BANDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato, e exigir imediatamente a dívida, aplicando a todo o saldo devedor o disposto nos art. 38 e 39 destas Disposições, nas seguintes hipóteses:

- I. inadimplemento de qualquer obrigação da Beneficiária ou do Interveniente, de natureza financeira ou não-financeira;
- II. inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BANDES, por parte da empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença;
- III. o controle, direto ou indireto, da Beneficiária sofrer modificação após a contratação da operação e for constatada, entre outras hipóteses, a piora do risco de crédito ou a declaração de inidoneidade ou a existência da proibição de contratar com o Poder Público, em relação ao(s) novo(s) controlador(es);
- IV. ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas em favor do BANDES;
- V. em caso de falecimento da beneficiária, se pessoa física, ou dissolução/extinção, se pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A Beneficiária poderá solicitar, previamente, a autorização expressa do BANDES para os casos de modificação de controle de que trata o inciso III.

Art. 33 - Verificado o inadimplemento, poderá o BANDES considerar vencidos antecipadamente todos os contratos celebrados com a Beneficiária, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.

Parágrafo Único - O inadimplemento contratual poderá acarretar ainda à Beneficiária e aos Intervenientes do Contrato restrições cadastrais nos órgãos e/ou entidades de proteção ao crédito, Banco Central ou órgãos e/ou entidades para os quais o BANDES venha a dar conhecimento por dever de ofício.

Seção II - Do Inadimplemento Financeiro

Art. 34 - Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira, os valores das prestações inadimplidas serão acrescidos dos encargos previstos no contrato.

Parágrafo Único - Eventuais depósitos efetuados pela Beneficiária inadimplente serão admitidos como pagamento parcial da dívida. Esse procedimento, contudo, não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou a exigibilidade imediata da obrigação.

Art. 35 - Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira por parte da Beneficiária serão aplicados, sobre as parcelas vencidas, a partir do dia imediatamente após o vencimento até o seu efetivo pagamento, “pro rata temporis”, os encargos moratórios pactuados no Contrato ou, na falta de pactuação, os previstos no Código Civil Brasileiro.

Art. 36 - As parcelas vincendas da dívida continuarão a ser remuneradas pelos juros compensatórios e atualizadas, quando for o caso, de acordo com o índice constante do contrato.

Art. 37 - Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, será aplicado a todo o saldo devedor o disposto nos artigos 38 e 39.

Seção III - Do Inadimplemento Não-Financeiro

Art. 38 - Na hipótese de inadimplemento de obrigação não-financeira, sem prejuízo da incidência de outras multas previstas para a inexecução de obrigações específicas, a Beneficiária e Intervenientes ficarão sujeitos à multa de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor atualizado, a partir do dia seguinte ao prazo estipulado na notificação que o BANDES fizer visando à satisfação da obrigação inadimplida.

Parágrafo Primeiro - A multa prevista no “caput” não substitui ou prejudica a cobrança de encargos por inadimplemento não financeiro, previsto em normas, convênios ou outros tipos de avença do Órgão repassador dos recursos utilizados pelo BANDES para a concessão da Colaboração Financeira.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de inadimplemento de obrigação de Interviente, ficará esse sujeito às penalidades nos mesmos termos estabelecidos neste artigo.

Art. 39 - Nas hipóteses de não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no Contrato, ocorrerá o vencimento antecipado do Contrato, ficando a Beneficiária sujeita, a partir do dia seguinte ao fixado através de notificação emitida pelo BANDES, à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor liberado e não comprovado ou aplicado em finalidade diversa, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40 - O não exercício imediato, pelo BANDES, de qualquer direito ou faculdade assegurada nestas Disposições e no Contrato, ou a tolerância de atraso no cumprimento de obrigações, não importa alteração, novação ou renúncia do pactuado no Contrato, nem implica perda de direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

Art. 41 - As obrigações assumidas no Contrato pela Beneficiária e Intervientes transmitem-se aos seus herdeiros e sucessores, qualquer que seja a forma de sucessão, permanecendo boas e válidas pelo prazo de duração da Beneficiária e até final liquidação das obrigações junto ao BANDES, desde que não seja decretado o vencimento antecipado do contrato, a critério do BANDES.

Art. 42 - Fica a critério do BANDES e/ou do Órgão Financiador o deferimento de pedidos de alteração e substituição de garantias e consolidação de contratos ou outras alterações contratuais de exclusivo interesse e comodidade da Beneficiária ou Intervientes.

Parágrafo Único - Concordando o BANDES e/ou o Órgão Financiador em proceder alteração das condições contratuais, a Beneficiária e Intervientes ficarão sujeitos ao prévio recolhimento da quantia fixada em cada caso pelo BANDES, em função do custo operacional estimado.

Art. 43 - O cumprimento dos prazos e obrigações e sanções estabelecidas nestas Disposições e no Contrato independem de qualquer aviso ou notificação.

Art. 44 - O foro do Contrato será o da sede do BANDES, Comarca de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, ressalvado a este o direito de optar pelo da sede da Beneficiária, pelo do domicílio dos Intervenientes ou, ainda, pelo da situação dos bens dados em garantia.

Art. 45 - Todas as despesas decorrentes da formalização do Contrato, inclusive sobre ele incidentes, são de responsabilidade da Beneficiária.

Art. 46 - Continuam regidos pelas “Disposições Aplicáveis aos Contratos do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES” aprovadas pela Portaria nº 047, de 02/08/2007, os contratos celebrados anteriormente à aprovação destas Disposições pela Diretoria Executiva do BANDES.